



Ciencia y Sociedad

Via dourada no Brasil e em Portugal: uma década depois de Budapeste

Maria Cristina Soares Guimarães

Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Brasil · cristina.guimaraes@icict.fiocruz.br

Cícera Henrique da Silva

Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Brasil · cicera.henrique@icict.fiocruz.br

Maria Manuel Borges

Universidade de Coimbra,
Faculdade de Letras da
Portugal · mmb@fl.uc.pt

Resumo: Uma das vias preconizadas pela Declaração de Budapeste prevê a publicação da investigação em revistas em Acesso Livre. Trata-se da via dourada de acesso às publicações que visa dar acesso imediato aos resultados da investigação. O crescimento e impacto deste veículo de disseminação da informação científica tem sido alvo de estudos internacionais que têm procurado analisar a situação tendo como alvo o universo anglo-saxão. Este trabalho procura contribuir para o mapeamento e disponibilidade deste tipo de literatura em língua portuguesa a partir das revistas publicadas em Acesso Livre em Portugal e no Brasil. Para esse fim foram usadas várias fontes, as quais cruzadas permitem obter um primeiro quadro: para identificar os periódicos em Acesso Livre no Brasil e em Portugal. Foram realizadas consultas no diretório internacional Directory of Open Access Journals (DOAJ) e para complementar os dados disponíveis no DOAJ, foram utilizados o Diadorim (Brasil), a Biblioteca Eletrônica SciELO (Brasil e Portugal) e o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Os resultados encontrados permitem inferir que a produção científica em via dourada tem crescido consideravelmente nos dois países.

Palavras-chave: Acesso livre; Periódicos; Via dourada. Brasil; Portugal.

Abstract: One way advocated by the Budapest Declaration provides for the publication of research in open access journals. This is the golden road of access to publications aimed at providing immediate access to research results. The growth and impact of this dissemination of scientific information vehicle have been subject to international studies that have attempted to analyze the situation targeting the Anglo-Saxon world. This work seeks to contribute to the mapping and availability of this type of literature in Portuguese of the journals published in open access in Portugal and Brazil. For this purpose various sources were used, which crossed allow to get a first picture: to identify journals in open access in Brazil and Portugal we used the International Directory of Open Access Journals (DOAJ). To supplement the data found in the DOAJ, other sources were used Diadorim (Brazil), Electronics SciELO Library (Brazil and Portugal) and the Scientific Open Access repository of Portugal (RCAAP). It was possible to infer that scientific production in the golden the road has grown considerably in both countries.

Keywords: Open Access; Journals; Golden road; Brasil; Portugal.

Introdução

Passada mais de uma década desde a Declaração de Budapeste (BOAI) (“Budapest Open Access Initiative,” 2002), que desencadeia o que hoje conhecemos como Movimento de Acesso Livre (AL) à informação científica, pesquisas recentes que analisam a produção científica livremente acessível, em diferentes países e sob perspectivas variadas, começam a delinear um quadro de avanços inequívocos no campo e de desafios que ainda precisam ser vencidos. Tal produção expressa-se a partir das duas vias, verde e dourada, tal como definidas pela BOAI, as quais representam duas abordagens distintas de acesso à informação científica: a via verde, através de repositórios, qualquer que seja a sua tipologia, e a via dourada, corporizada nas revistas publicadas em acesso livre. Os pesquisadores divergem sobre quão eficaz se apresenta uma ou outra estratégia para o acesso livre, ou, qual estratégia deveria, preferencialmente, ser estimulada para adoção em diferentes países (Guedon, 2010; Harnad, 2011). De forma clara, as escolhas refletem variáveis e condicionantes próprios do fazer científico, além de macro políticas que orientam o empreendimento científico em diversas perspectivas. De fato, as pesquisas publicadas até o presente traçam contextos e escolhas particulares para diferentes país (Rodrigues e Abadal, 2014; Eger, Scheufen, & Meierrieks, 2014). Qualquer uma destas vias atingir a máxima disseminação dos resultados da investigação tornando-os acessíveis a todos os investigadores. Trata-se de ultrapassar o problema acesso/impacto (Harnad et al., 2008), usando meios que permitem ao investigador tornar o seu trabalho mais citável pelo facto de o tornar mais acessível (Brody et al., 2004; Eysenbach, 2006; Galin & Latchaw, 2010; Gargouri et al., 2010; Harnad et al., 2008; Swan, 2010; Turk, 2008; Wagner, 2010). A centralidade que as métricas assumem hoje (Gruber, 2014; Kaur, Ferrara, Menczer, Flammini, & Radicchi, 2014; Wouters & Costas, n.d.), para efeitos de avaliação e captação de financiamento para investigação, têm tornado a questão do impacto fundamental no estabelecimento de políticas de publicação, quer dos autores individuais, quer dos grupos de investigação, quer das universidades onde estão alocados.

O presente trabalho visa abordar uma das vias, a dourada, que tem sido objeto de atenção na produção científica anglo-saxã, oriunda principalmente de países desenvolvidos, deixando em aberto o mapeamento da dimensão e dinâmica da expressão destas abordagens em países não anglófonos. Com vistas a delinear as trajetórias que Brasil e Portugal seguiram (e seguem) no AL, o presente trabalho apresenta a primeira etapa de uma análise descritiva desses países, aqui relatado na Via Dourada. Aqui, três caminhos se complementam: a criação, local, de periódicos de acesso livre; a migração dos periódicos locais, antes fechados, para o modelo AL, e o perfil da publicação em periódicos de acesso livre, de âmbito internacional. Cabe, assim, indagar a trajetória que esses dois países delinearão desde 2002, com o mapeamento e descrição de suas produções científicas em acesso livre, vis-à-vis suas produções indexadas em bases internacionais, em periódicos que ainda possuem restrições para acesso. A análise aqui apresentada é de caráter estritamente quantitativa e, objetiva, inicialmente, delinear contextos que permitam análises qualitativas mais robustas.

Periódicos em Acesso Livre: alguns pontos de interesse

Ainda que as discussões sobre o AL venham, de forma crescente, ocupando espaço na literatura científica internacional, é reconhecido que não há um acordo sobre o que constitui um periódico de acesso livre (Björk, Sylwestrzak, & Szprot, 2014). Alguns defendem uma definição mais “branda”, apontando para aqueles periódicos que permitem acesso livre aos textos completos, preferencialmente após um período de embargo. Outros definem como aqueles que já nascem comprometidos com o AL. Outros ainda incluem somente os periódicos com imediata abertura aos textos publicados e a manutenção do copyright com o autor. De outra perspectiva, vem a necessária distinção entre acesso grátis (gratis OA) - os textos estão abertos e acessíveis na Web, e podem ser lidos, baixados e impressos - e o acesso livre (libre OA), i.e. menos restritivo permitindo que o usuário faça republicação e remix em textos

derivados. Para Harnad (2011), o acesso livre é uma meta, mas prematuro na atual configuração do AL, especialmente porque não pode ser tomado como mandatário.

A Declaração de Budapeste ("Budapest Open Access Initiative," 2002) define acesso livre como:

"Free availability on the public internet, permitting any users to read, download, copy, distribute, print, search, or link to the full texts of these articles...without financial, legal, or technical barriers other than those inseparable from gaining access to the internet itself. The only constraint on reproduction and distribution, and the only role for copyright in this domain, should be to give authors control over the integrity of their work and the right to be properly acknowledged and cited."

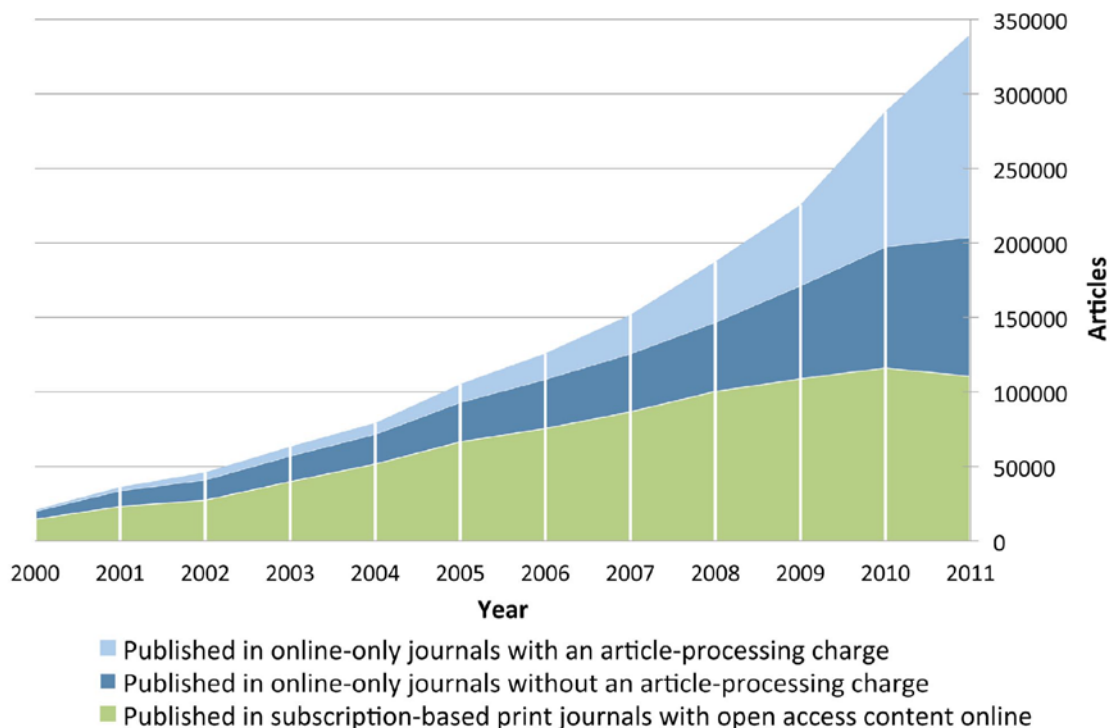
De comum em todas as perspectivas, a gratuidade no acesso às publicações e um re-situar do lugar do autor, agora como aquele que retém os direitos de sua obra, em lugar de cedê-los a terceiros. Em teoria, a única diferença entre um periódico de AL e outro de acesso restrito é a taxa de subscrição necessária para que o usuário tenha acesso ao último. Ainda que todos os periódicos de AL tenham em comum a disponibilidade gratuita para acesso, existem algumas diferenças importantes entre eles. Alguns deles são periódicos que já nasceram abertos, em geral lançados por pesquisadores e voluntários, usando soluções tecnológicas gratuitas como o OJS. Outros, são periódicos que ganharam credibilidade quando da versão impressa e que optam pelo AL desde que obtenham receita suficiente de outras fontes, capazes de pagar os custos de produção. Björk et al (2014) colocam no primeiro caso, o First Monday (<http://firstmonday.org/index>), lançado em 1996, e no segundo, o British Medical Journal (<http://www.bmj.com/theBMJ>), que é acessado gratuitamente desde 1998.

Aqueles periódicos AL que obedecem às características apontadas na BOAI ("Budapest Open Access Initiative," 2002) são chamados puros, ou, verdadeiros. O "Directory of Open Access Journals" (DOAJ) lista cerca de 9.700 nessa categoria (Eger et al., 2014). Existem também os periódicos AL híbridos, que são aqueles que limitam o AL retardando, provendo parcialmente ou somente dando acesso de forma retrospectiva aos textos completos. A literatura é bastante crítica em relação aos periódicos AL híbridos, especialmente pelo fato que os ganhos de editor duplicam: uma das receitas vem das assinaturas das bibliotecas e, novamente, pela renda adquirida com a internalização das despesas pelo autor para que seja ofertada uma *Open Choice* adicional (Mueller-Langer e Watt, 2014).

Björk et al. (2014) apontam para três categorias de periódicos AL. A primeira, onde se situam aqueles periódicos que não possuem nenhuma cobrança, nem de autores, nem de usuários. São periódicos exclusivos em versão eletrônica, e frequentemente ligados às Ciências Sociais e Humanas. Segundo os autores, a maioria desses periódicos foram fundados por entusiastas do AL, e esses são designados como "periódico AL puro". A segunda categoria é composta predominantemente por aqueles periódicos vinculados à sociedades de classe ou universidades, com longa tradição no mercado em suas versões em papel, que iniciaram publicação em versão eletrônica, tendo posteriormente migrado para AL. Esses periódicos são bastante comuns fora dos países anglo-saxões, muitas vezes subsidiados pelo Estado por meio de agências de financiamento de pesquisa, e apoiados por portais, também financiados em nível nacional, como é o caso da SciELO, predominantemente no Brasil mas também na América Latina. Os autores apontam que também na Polônia esse é o modelo em vigor, com várias centenas de revistas tornando o seu conteúdo disponível livremente por meio de uma plataforma financiada pelo Ministério polonês da Ciência e do Ensino Superior. Na terceira categoria acolhem aqueles periódicos AL publicados por editoras comerciais, ou mesmo em alguns casos não comerciais (p.e., PLoS) e editoras vinculadas à sociedades acadêmicas que têm seus rendimentos a partir dos chamados custos de processamento do artigo (em inglês, Article Processing Charge - APCs). Para cobrir os custos relacionados ao processo editorial, 23% desses periódicos AL cobram APCs, com valores entre US\$ 400 - 2900 por artigo (<http://www.biomedcentral.com/info/ autores / apccomparison />).

Bjork et al (2014) sintetizaram na figura a seguir, Figura 1, a dinâmica de crescimento dos periódicos AL no período 2000-2011, em suas respectivas categorias.

Figura 1. Evolução do número de artigos científicos AL, distribuídos por categorias



Embora sejam inegáveis os benefícios que os periódicos de AL trazem para o campo da comunicação científica em termos de visibilidade, acessibilidade e disseminação da informação ainda persistem, em alguns setores da academia, preocupações com a qualidade dos periódicos, especialmente no que diz respeito ao rigor necessário da avaliação por pares. Um contra-movimento a essas suspeições veio com iniciativas êxitosas como a Public Library of Science (PLOS) (<https://www.plos.org/>) e BioMed Central (BMC) (<http://www.biomedcentral.com/>), que foram lançados mais recentemente. Talvez ironicamente, a PLOS e o BMC venham contribuindo, de forma inovadora, para novas perspectivas no processo de revisão por pares, agilizando o processo e dando mais transparência ao mesmo. De fato, a velocidade na publicação dos resultados da pesquisa é uma das razões que levam os pesquisadores a optarem por periódicos de AL. Dos vários estudos já realizados para analisar o posicionamento dos pesquisadores em relação ao AL, há uma convergência marcante: ainda que o prestígio da publicação e o fator de impacto sejam os principais fatores que orientam a escolha de onde publicar, os periódicos AL são identificados como alcançando maior audiência pela gratuidade no acesso e, principalmente, a rapidez na publicação (Rowlands, Nicholas, & Huntingdon, 2004; Swan & Brown, 2004). Além disso, estudos recentes mostram, também, uma tendência crescente na citação dos artigos em AL (Hajjen, Harnad & Gingras, 2005) e que quando são citados na WoS e na Scopus alcançam o mesmo impacto de citação e qualidade dos periódicos acessíveis por subscrição (Björk and Solomon 2012).

Giglia (2010) enumerou algumas vantagens diretas e indiretas que os periódicos AL trazem: disseminação imediata e global; aumento de visibilidade e melhora na "findability" ou recuperabilidade; aumento no número de citações e surgimento de novas métricas; transparência no processo de revisão por pares, uso da lógica da Web 2.0 como forma de ampliar a discussão e avaliação do texto, e aumento do potencial de interdisciplinaridade e cooperação internacional.

Em alguns países, portais nacionais ou regionais acolhem periódicos locais e fornecem infraestrutura barata para produzir as versões eletrônicas de acesso livre.

Exemplos na América Latina são a Scielo (<http://www.scielo.br/>) e Redalyc (<http://www.redalyc.org/>). No caso do Brasil, estudos recentes apontam que mais de 90% dos títulos brasileiros são publicados em AL por universidades e associações acadêmicas (Rodrigues, Oliveira, 2012). O uso da plataforma OJS, apoiado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), e uma rede ativa de iniciativas de formação e ajuda on-line para os editores e pessoal concorrem para o fortalecimento da iniciativa (Garrido e Rodrigues, 2010). Mueller (2013) analisou os títulos na SciELO em 2008 e identificou que 47% dos títulos em AL são de responsabilidade de associações científicas, com as universidades respondendo por 35%. A autora aponta ainda que 85% dos periódicos comercializam suas versões impressas, enquanto as versões on-line ficam disponíveis livremente.

Bjork et al (2014) registram a crescente produção científica no tema AL, enfatizando que a via dourada é, supostamente, mais simples para analisar porque parece possível contar revistas OA completas no DOAJ, ainda que os periódicos híbridos são mais difíceis de medir. Alertam ainda que, enquanto DOAJ é bastante completo com respeito aos periódicos em língua inglesa, não tem uma fração significativa dos títulos em outras línguas.

Metodologia

Para identificar os periódicos em AL no Brasil e em Portugal foram realizadas consultas nas seguintes fontes: em primeiro lugar, no diretório internacional Directory of Open Access Journals (DOAJ). Apesar da distribuição temática não ser equivalente para todas as áreas do conhecimento - as Ciências Sociais são as mais representadas (39%), seguidas das Ciências da Saúde (24%), da Física (20%) e das Ciências da Vida (14%) (Miguel, Chinchilla-Rodriguez, & de Moya-Anegón, 2011, p. 6), é uma fonte obrigatória quando se procura mapear os periódicos em acesso livre. Para complementar os dados encontrados no DOAJ, foram utilizados o Diadorim (Brasil), a Biblioteca Eletrônica SciELO (Brasil e Portugal) e o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) (Portugal).

O DOAJ é uma organização sem fins lucrativos, gerenciada pelo Infrastructure Services for Open Access C.I.C., com sede no Reino Unido. O diretório foi lançado em 2003 com 300 periódicos de acesso livre e hoje contém mais de 10.000 periódicos, originários de mais de 130 países. Cobre periódicos das áreas de Ciência, Tecnologia, Medicina, Ciências Sociais e Humanidades. O registro dos dados dos periódicos é realizada pelo editor da revista, ou seja, trata-se de uma fonte declaratória (<https://doaj.org/>), mas que é validada pelo DOAJ.

O Diadorim é um serviço mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que visa "identificar, sistematizar e disponibilizar as informações das políticas estabelecidas pelas editoras dos periódicos brasileiros referentes ao armazenamento dos artigos nos repositórios institucionais" (<http://diadorim.ibict.br/>) A coleta dos dados dos periódicos brasileiros de acesso aberto é realizada diretamente dos editores. Atualmente existem 765 periódicos cadastrados no Diadorim.

A SciELO (www.scielo.org) se intitula biblioteca eletrônica e contempla uma coleção de periódicos científicos brasileiros, selecionada segundo critérios divulgados em sua página. Desde seu lançamento em 1997, vem consolidando-se como importante fonte de informação para a produção brasileira e sua visibilidade. A SciELO é considerada uma das mais importantes iniciativas de acesso aberto existentes. ((Bojo Canales, Fraga Medín, Hernández Villegas, & Primo Peña, 2009; Tomás-Casterá, Sanz-Valero, & Juan-Quilis, 2013) e tem sido bastante utilizada como objeto de análise ou como fonte para o desenvolvimento de pesquisas (Guimarães et al., 2014). Atualmente a SciELO indexa periódicos de mais 11 países (ou coleções) além do Brasil: África do Sul, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Peru, Portugal e Venezuela. Os assuntos (ou áreas) abrangidos pela SciELO são: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, da Saúde, Exatas e da Terra, Humanas, Sociais Aplicadas, Engenharias e Lingüística, Letras e Artes. Por suas características, esta

fonte foi utilizada para identificar periódicos de acesso livre de ambos os países investigados: Brasil e Portugal.

O portal RCAAP tem como objectivo a coleta, agregação e indexação dos conteúdos científicos em AL existentes nos repositórios institucionais das entidades nacionais de ensino superior, e outras organizações de P&D. Constitui-se como um ponto único de pesquisa e acesso a milhares de documentos científicos e acadêmicos, principalmente artigos de revistas científicas, comunicações a conferências, teses e dissertações, disponíveis em inúmeros repositórios portugueses. Trata-se de uma iniciativa da Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), financiado pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POS_C) e pela UMIC e concretizada pela - Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN). (<http://www.rcaap.pt/about.jsp>). No âmbito do RCAAP foi lançado um projeto que visa estimular a criação de revistas em AL, o Serviço de Alojamento de Revistas Científicas (SARC), um serviço que é oferecido gratuitamente à comunidade científica (Moreira, Carvalho, & Príncipe, 2012). A articulação entre um e outro faz com que tudo o que se encontra no SARC esteja igualmente no RCAAP.

Como "padrão ouro" para discutir a adesão ao movimento por parte das respetivas comunidades científicas, em paralelo as consultas realizadas nessas fontes, foram realizadas buscas da produção dos dois países na base de dados da Web of Science (WoS), que produziu o perfil de produção desses dois países no mesmo período. A WoS foi tomada como fonte para identificar tanto a produção científica total em acesso livre dos dois países no período considerado, como a produção individual de cada um deles. As buscas na WoS foram realizadas via interface disponível no site brasileiro Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (www.periodicos.capes.gov.br), com foco no país da origem institucional do autor.

A partir daqui foi coletada a produção total de cada país e, em seguida, identificados os registros como artigos de periódicos de acesso livre, que foram descarregados em formato completo para um arquivo de texto. Os dados obtidos, analisados por meio de um software proprietário, permitiram verificar e cruzar as variáveis: ano de publicação, país de publicação, título do periódico e categoria de assunto. A variável título do periódico, constante das fontes consideradas - WoS, DOAJ, SciELO e Diadorim -, quando possível, foi registrada em um arquivo Excel, a fim de identificar e eliminar os duplicados da contagem total.

Resultados

Em 2003, o Brasil iniciou sua participação no DOAJ com 3 títulos de periódicos e hoje conta com 952 títulos, com um total de 339.150 artigos. As maiores coleções são: Generalidades (65), Educação (60), Medicina (50), Agricultura (38), Direito (36), Ciências Sociais (33) e Filosofia (31).

No Diadorim, há 702 títulos de periódicos brasileiros cadastrados e na coleção Scielo Brasil da SciELO, foram encontrados 338, sendo 283 correntes e 55 não correntes. Os títulos correntes na SciELO estão assim distribuídos: Ciências Agrárias (38), Ciências Biológicas (29), Ciências da Saúde (94), Ciências Exatas e da Terra (11), Ciências Humanas (88), Ciências Sociais Aplicadas (36), Engenharias (20) e Língua Portuguesa, Letras e Artes (12). No caso da SciELO, um título pode estar em mais de uma categoria.

Nas buscas realizadas na Web of Science (WoS), foram recuperados 446883 documentos com afiliação brasileira, a partir de 2002. Cerca de 76% (341445) eram artigos. Deste total, 101.117(30%) artigos publicados por autores com afiliação brasileira em 1023 periódicos científicos. Cerca de 12% (123) periódicos brasileiros de acesso livre foram identificados, correspondendo a 80.930 artigos publicados. Os periódicos brasileiros em acesso livre indexados encontram-se distribuídos nas seguintes categorias de assunto, segundo a primeira classificação atribuída pela WoS: Agricultura (21), Botânica (6), Zoologia (5), Engenharia (4), História (4), Enfermagem (4), Saúde Pública, Ambiental e Ocupacional (4).

Nas buscas para identificação da produção científica portuguesa na WoS, foram recuperados 154072 documentos com afiliação portuguesa, a partir de 2002. Cerca de 68% (103997) deste total eram artigos. Deste total 7691 (13,5%) foram publicados em

acesso livre em 795 diferentes periódicos científicos. Apenas 4 desses periódicos tinham procedência portuguesa, cobrindo 618 artigos publicados: Acta Médica portuguesa (523 artigos), Agora (36), REVSTAT (32) e Revista Lusófona Educação (29). Destes títulos, 1 é da categoria de Medicina Geral e Interna, 1 de Clássicos, 1 de Estatística & Probabilidade e 1 de Educação & Pesquisa Educacional.

Portugal iniciou sua participação no DOAJ em 2004 com um título na área de História e hoje conta com 86 títulos, sendo as maiores coleções Generalidades (8), Artes (7), Literatura e Línguas (6), Medicina (5), Educação (4) e Sociologia (4). Estes periódicos correspondem a 10666 artigos de periódicos portugueses em acesso livre segundo dados declarados nos próprios repositórios.

No SARC estão alojados 14 periódicos. Para além destes, constam ainda do RCAAP outras revistas em AL, desde que obedeçam aos critérios de agregação enunciados pelo RCAAP¹, o que perfaz um total de 43 revistas, entre aquelas que estão no SARC e as que estão agregadas ao RCAAP.²

No quadro abaixo é apresentada a quantidade de periódicos de cada país encontrada em cada uma das fontes consultadas em fevereiro de 2015.

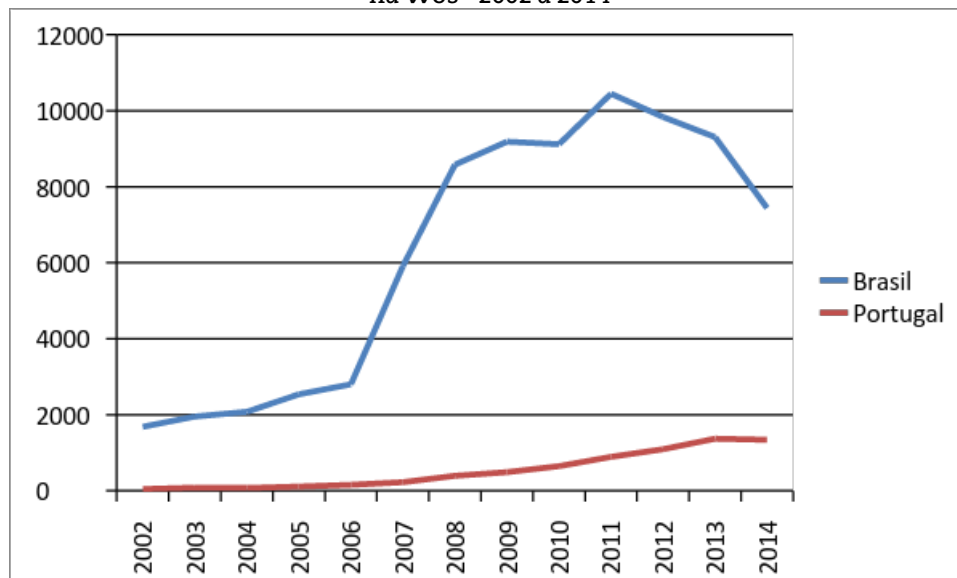
Quadro 1 – Periódicos brasileiros e portugueses cadastrados nas diferentes fontes consultadas

País	DOAJ	SciELO ¹	Diadorim ²	RCAAP ³	WoS ³
Brasil	952	283	702	-	123
Portugal	84	37	-	43	4
Total dos Países	10.228	1258			

¹ Só periódicos correntes; ² Só periódicos brasileiros; ³ Só periódicos portugueses

No gráfico a seguir, nota-se que a produção brasileira em acesso livre teve até 2011 um crescimento constante e daí então há uma tendência de queda. Comparada à produção portuguesa, esta é menor em termos absolutos, mas apresenta um crescimento visível no que diz respeito à produção científica em acesso livre indexada pela base no período analisado.

Gráfico 1 – Produção científica brasileira e portuguesa, em acesso livre, indexada na WoS - 2002 a 2014



¹ Os critérios de agregação do RCAAP constam do site do projeto e consiste em dois aspetos, fornecer um URL baseado no OAI-PMH e implementar as diretrizes DRIVER (<http://projeto.rcaap.pt/index.php/lang-en/consultar-recursos-de-apoio/remository?func=fileinfo&id=364>). Além disso foi disponibilizado um validador que pode ser usado pelas revistas: <http://validador.rcaap.pt/validador2/>

² O projeto Blimunda, que se dedica à identificação e registo no Sherpa/Romeo das políticas de copyright dos periódicos científicos portugueses, registou 121 editoras e 202 revistas (Salima Rehemtula, comunicação pessoal, 13/07/2014).

³ Aqui foi considerado o critério de filtro da própria base para periódicos livres ou de acesso restrito.

Os resultados evidenciam que o número de títulos de periódicos registrados no DOAJ e os artigos que disponibilizam em acesso aberto têm crescido de uma forma continuada a partir de 2002

Considerando que são 4 os periódicos portugueses indexados pela WoS em AL e que são 123 os periódicos brasileiros, há questões que mereceriam ser investigadas e ponderadas e que se prendem não apenas com o conhecido enviesamento dos títulos indexados na WoS, que retrata sobretudo a literatura anglo-saxã, mas também o modo como tais títulos são produzidos, já que, por exemplo, em Portugal, apenas muito recentemente se começam a notar preocupações mais generalizadas com a qualificação dos títulos produzidos. Essa preocupação decorre dos exercícios de avaliação das unidades de investigação e dos docentes e investigadores do Ensino Superior - uma questão central hoje para os investigadores (Kronman, 2013) -, que premeiam a publicação em títulos indexados por bases de dados internacionais e comumente usadas para efeitos bibliométricos, apesar de novas métricas e novos indicadores terem sido introduzidos igualmente no debate (Bando, 2012; Brown, 2014; Galligan & Dyas-Correia, 2013).

Tem-se uma clara visão de que os periódicos das ciências humanas e sociais têm uma forte presença no DOAJ, diferente do que ocorre na WoS. A Medicina é bastante subdividida na WoS, e, se somadas suas especializações, tem-se um total de 23 periódicos brasileiros e 4 periódicos portugueses da área médica indexados

Assim, enquanto no caso do Brasil, a WoS dá visibilidade a cerca de 24% da produção nacional em acesso aberto no DOAJ, no caso de Portugal esse percentual não alcança 1%. Alternativamente, pode-se afirmar que, a partir das fontes consultadas, a produção científica portuguesa está mais internacionalizada que a brasileira. Os resultados encontrados permitem inferir que a produção científica em via dourada tem crescido consideravelmente nos dois países. A análise dos dados permitiu situar, de forma prospectiva, a produção em acesso livre desses países, em língua portuguesa, ressaltando para as estratégias diferenciadas dos mesmos em relação à Via Dourada do Movimento. Essa investigação deverá ser capaz de orientar estratégias e políticas, macro e micro, de acesso livre nos dois países, procurando convergências que fortaleçam a visibilidade da produção científica em língua portuguesa, contribuindo, assim, como primeira etapa de um programa de pesquisa mais amplo, que deve sedimentar e fomentar a parceria e cooperação entre o Brasil e Portugal.

Referências

- Bando, K.** (2012). Altmetrics: alternative ways of measuring scholarly impact based on the social web. *Journal of Information Processing and Management*, 55(9), 638–646. Retrieved from <http://japanlinkcenter.org/DN/JST.JSTAGE/johokanri/55.638?lang=en&from=CrossRef&type=abstract>
- Björk, B.-C., Sylwestrzak, W., & Szprot, J.** (2014). *Analysis of Economic Issues Related*. Wydawnictwa ICM. Retrieved from <https://www.fosteropenscience.eu/sites/default/files/pdf/815.pdf>
- Bojo Canales, C., Fraga Medín, C., Hernández Villegas, S., & Primo Peña, E.** (2009). SciELO: un proyecto cooperativo para la difusión de la ciencia. *Revista Española de Sanidad Penitenciaria*, 11(2), 49–56. Retrieved from http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1575-06202009000200004&lng=es&nrm=iso
- Brody, T., Stamerjohanns, H., Vallières, F., Harnad, S., Gingras, Y., & Oppenheim, C.** (2004). The Effect of Open Access on Citation Impact. *Access*, 2001–2001.
- Brown, M.** (2014). Is Altmetrics an Acceptable Replacement for Citation Counts and the Impact Factor? *The Serials Librarian*, 67(1), 27–30. <http://doi.org/10.1080/0361526X.2014.915609>
- Budapest Open Access Initiative. (2002).
- Eger, T., Scheufen, M., & Meierrieks, D.** (2014). The Determinants of Open Access Publishing: Survey Evidence from Countries in the Mediterranean Open Access Network (MedOANet). <http://doi.org/10.2139/ssrn.2457550>
- Eysenbach, G.** (2006). Citation advantage of open access articles. *PLoS Biology*, 4(5), e157. <http://doi.org/10.1371/journal.pbio.0040157>

Galín, J. R., & Latchaw, J. (2010). From Incentive to Stewardship: The Shifting Discourse of Academic Publishing. *Computers and Composition*, 27(3), 211–224. <http://doi.org/10.1016/j.compcom.2010.06.010>

Galligan, F., & Dyas-Correia, S. (2013). Altmetrics: Rethinking the Way We Measure. *Serials Review*, 39(1), 56–61. <http://doi.org/10.1080/00987913.2013.10765486>

Gargouri, Y., Hajjem, C., Larivière, V., Gingras, Y., Carr, L., Brody, T., & Harnad, S. (2010). Self-selected or mandated, open access increases citation impact for higher quality research. *PloS One*, 5(10), e13636. <http://doi.org/10.1371/journal.pone.0013636>

Garrido, I. S. & Garrido, R. S. R. (2010). Portais de periódicos científicos online: organização institucional das publicações. *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 15(2), 56–72. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n2/a05v15n2.pdf>

Giglia, E. (2010). *Open Access to scientific research: where are we and where are we going?* Retrieved from http://eprints.rclis.org/14980/1/eur_jnl_med_rehab_3_2010_open_access%5b1%5d.pdf

Guedon, J. C. (2010). Open Access and the divide between “mainstream” and “peripheral. Retrieved from <http://eprints.rclis.org/10778/1/Brazil-final.pdf>

Guimarães, Maria Cristina Soares Silva, Cícera Henrique, Santana, R A L Mattos, Max Cirino, Cendón, Beatriz Valadares. (2014). Pesquisa brasileira em dengue: um olhar a partir da coleção Brasil da Scielo. In Freire, Isa M., Alvares, Lilian, M. A. R., Baracho, Renata, M. A. Almeida, Mauricio B., Cendon, Beatriz V. Maculan, Benildes C. M. S. (Ed.), *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação : além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação* (pp. 5336–5354). ECI/UFMG. Retrieved from <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt11>

Gruber, T. (2014). Academic sell-out: how an obsession with metrics and rankings is damaging academia. *Journal of Marketing for Higher Education*, 24(2), 165–177. <http://doi.org/10.1080/08841241.2014.970248>

Harnad, S. (2011). Open Access to Research. Changing Researcher Behavior Through University and Funder Mandates. *JeDEM - eJournal of eDemocracy and Open Government*, 3(1), 33–41. Retrieved from <http://www.jedem.org/article/view/54>

Harnad, S., Brody, T., Vallieres, F., Carr, L., Hitchcock, S., Gingras, Y., ... Hilf, E. (2008). The Access/Impact Problem and the Green and Gold Roads to Open Access: An Update. *Serials Review*, 34(1), 36–40. Retrieved from <http://eprints.soton.ac.uk/265852/3/serev%2Drevised.doc>

Hajjem, C, Harnad, S. & Gingras, Y. (2005). Ten-Year Cross-Disciplinary Comparison of the Growth of Open Access and How it Increases Research Citation Impact. *Bulletin of the IEEE*. Retrieved from <http://arxiv.org/ftp/cs/papers/0606/0606079.pdf>

Kaur, J., Ferrara, E., Menczer, F., Flammini, A., & Radicchi, F. (2014, November 26). *Quality versus quantity in scientific impact.* *arXiv [cs.DL]*. Retrieved from <http://arxiv.org/abs/1411.7357>

Kronman, U. (2013). Managing your assets in the publication economy. *Confero Essays on Education Philosophy and Politics*, 1(1), 91–128. <http://doi.org/10.3384/confero13v1130117>

Miguel, S., Chinchilla-Rodríguez, Z., & de Moya-Anegón, F. (2011). Open access and Scopus: A new approach to scientific visibility from the standpoint of access. *Journal of the American Society for Information Science. American Society for Information Science*, 62(6), 1130–1145. <http://doi.org/10.1002/asi.21532>

Moreira, J., Carvalho, T. C. J., & Príncipe, P. (2012). SARC – Serviço de Alojamento de Revistas Científicas. *Cadernos BAD*, (11). Retrieved from <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/501/pdf>

Mueller, S. P. M. (2013). Quem financia nossos periódicos? Um estudo na base SciELO sobre a relação entre áreas de conhecimento, editoras e financiamento. Retrieved from <http://200.20.0.78/repositorios/handle/123456789/622>

Mueller-Langer, F., & Watt, R. (2014). The Hybrid Open Access Citation Advantage: How Many More Cites is a \$3,000 Fee Buying You? <http://doi.org/10.2139/ssrn.2391692>

Rodrigues, R. S., & Abadal, E. (2014). Scientific journals in Brazil and Spain: Alternative publishing models. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 65(10), 2145–2151. <http://doi.org/10.1002/asi.23115>

Rowlands, I., Nicholas, D., & Huntingdon, P. (2004). Scholarly communication in the digital environment: what do authors want? *Cityscape*, 0–36.

Swan, A. (2010, February). *The Open Access citation advantage: Studies and results to date*. eprints.soton.ac.uk/268516/. University of Southampton. Retrieved from <http://eprints.soton.ac.uk/268516/>

Swan, A., & Brown, S. (2004). Authors and open access publishing. *Learned Publishing: Journal of the Association of Learned and Professional Society Publishers*, 17(3), 219–224.

Tomás-Casterá, V., Sanz-Valero, J., & Juan-Quilis, V. (2013). Estudio bibliométrico de la producción científica y de consumo de las revistas sobre nutrición indizadas en la red SciELO. *Nutricion Hospitalaria: Organo Oficial de La Sociedad Espanola de Nutricion Parenteral Y Enteral*, 28(3), 969–970. <http://doi.org/10.3305/nh.2013.28.3.6463>

Turk, N. (2008). Citation impact of Open Access journals. *New Library World*, 109(1/2), 65–74. <http://doi.org/10.1108/03074800810846010>

Wagner, B. (2010). Open access citation advantage: An annotated bibliography. *Issues in Science and Technology Librarianship*, (60), 2. Retrieved from <http://www.istl.org/10-winter/article2.html>

Wouters, P., & Costas, R. (n.d.). *Users, narcissism and control - tracking the impact of scholarly publications in the 21st century*. SURFfoundation. Retrieved from http://www.surffoundation.nl/nl/publicaties/Documents/Users_narcissism_and_control.pdf